



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data de Atualização: 13/12/2010

EMBARGOS À EXECUÇÃO

SÚMULA TJ Nº 51

NÃO CONSTITUI GARANTIA HÁBIL, PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DEVEDOR, O OFERECIMENTO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA ANTIGOS, DE DIFÍCIL LIQUIDEZ.

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 08/2001 - PROC. [2001.146.00008](#) JULGAMENTO EM 4/06/2002 - VOTAÇÃO POR MAIORIA. RELATOR: DES. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA. REGISTRO DO ACÓRDÃO EM REG. INT. TJRJ, ART. 122

(VER: [EXECUÇÃO](#), [TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA](#))

SÚMULA TJ Nº 109

OS EMBARGOS DO DEVEDOR NÃO TRANSFORMAM EM PROVISÓRIA A EXECUÇÃO DEFINITIVA.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº [2005.146.00001](#) - JULGAMENTO EM 18/07/2005 - VOTAÇÃO: UNÂNIME - RELATOR: DESEMBARGADOR CÁSSIA MEDEIROS - REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 26/12/2005 - FLS. 011200/011220

SÚMULA STJ Nº 153

A DESISTENCIA DA EXECUÇÃO FISCAL, APOS O OFERECIMENTO DOS EMBARGOS, NÃO EXIME O EXEQUENTE DOS ENCARGOS DA SUCUMBENCIA.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#), [SUCUMBENCIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 196

AO EXECUTADO QUE, CITADO POR EDITAL OU POR HORA CERTA, PERMANECER REVEL, SERA NOMEADO CURADOR ESPECIAL, COM LEGITIMIDADE PARA APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS.

(VIDE: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 317

É DEFINITIVA A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, AINDA QUE PENDENTE APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGUE IMPROCEDENTES OS EMBARGOS.

(VER: [RECURSO](#), [TÍTULO EXECUTIVO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 392

A FAZENDA PÚBLICA PODE SUBSTITUIR A CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA) ATÉ A PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE EMBARGOS, QUANDO SE TRATAR DE CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL OU FORMAL, VEDADA A MODIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA EXECUÇÃO.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#), [CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA](#), [EXECUÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 394

É ADMISSÍVEL, EM EMBARGOS À EXECUÇÃO, COMPENSAR OS VALORES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDOS INDEVIDAMENTE NA FONTE COM OS VALORES RESTITUÍDOS APURADOS NA DECLARAÇÃO ANUAL.

(VER: [COMPENSAÇÃO](#), [IMPOSTO DE RENDA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 277

SÃO CABÍVEIS EMBARGOS, EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA, EM AÇÃO EXECUTIVA FISCAL, NÃO SENDO UNÂNIME A DECISÃO.

OBSERVAÇÃO: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973, ARTS. 566 E SEQUINTE.

(VIDE: [FAZENDA PÚBLICA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 278

SÃO CABÍVEIS EMBARGOS EM AÇÃO EXECUTIVA FISCAL CONTRA DECISÃO REFORMATÓRIA DA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, AINDA QUE UNÂNIME.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

51. A DECISÃO QUE DISPONHA SOBRE O EFEITO SUSPENSIVO APLICÁVEL À IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO SÓ SERÁ REFORMADA SE TERATOLÓGICA.

PRECEDENTES: AGINST 2009.002.03996, TJERJ, 7ª C. CÍVEL, JULGADO EM 18/02/09. AGINST 2008.002.32525, TJERJ, 12ª C. CÍVEL, JULGADO EM 14/10/09.

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

ENUNCIADO 52 - OS EMBARGOS À EXECUÇÃO PODERÃO SER DECIDIDOS PELO JUIZ LEIGO, OBSERVADO O ART. 40 DA LEI Nº 9.099/1995.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 117 - É OBRIGATÓRIA A SEGURANÇA DO JUÍZO PELA PENHORA PARA APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL PERANTE O JUIZADO ESPECIAL. (APROVADO NO XXI ENCONTRO - VITÓRIA/ES).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PENHORA](#))

ENUNCIADO 121 - OS FUNDAMENTOS ADMITIDOS PARA EMBARGAR A EXECUÇÃO DA SENTENÇA ESTÃO DISCIPLINADOS NO ART. 52, INCISO IX, DA LEI 9.099/95 E NÃO NO ARTIGO 475-L DO CPC, INTRODUZIDO PELA LEI 11.232/05. (APROVADO NO XXI ENCONTRO - VITÓRIA/ES).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[ATO TJ Nº SN12, DE 23/06/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 46

20) O SÓCIO DA EXECUTADA É PARTE ILEGÍTIMA PARA OPOR EMBARGOS À EXECUÇÃO, DESDE QUE NÃO TENHA SIDO CITADO PARA A EXECUÇÃO COMO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.

(VER: [CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO](#), [LEGITIMIDADE](#), [TRIBUTÁRIO](#))

22) É PARTE LEGÍTIMA PARA OPOR EMBARGOS À EXECUÇÃO QUEM, NA QUALIDADE DE SUBSTITUTO DO DEVEDOR ORIGINÁRIO, TEVE SEUS BENS PENHORADOS NA EXECUÇÃO FISCAL.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [LEGITIMIDADE](#), [PENHORA](#))

24) A PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS EMBARGOS DO DEVEDOR NÃO COMPROMETE A EXECUÇÃO FISCAL, QUE PROSSEGUE EM RELAÇÃO AO CRÉDITO EXIGÍVEL, AINDA QUE A APURAÇÃO DESTES IMPLIQUE PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO..

(VER: [EXECUÇÃO](#), [LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA](#), [TRIBUTÁRIO](#))

26) AINDA QUE ACOLHIDOS OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, NÃO DEVE A FAZENDA PÚBLICA SER CONDENADA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO SE A EXECUÇÃO FOI PROPOSTA EM RAZÃO DE ERRO POR PARTE DO CONTRIBUINTE.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#), [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS](#))

29) HÁ CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ANULATÓRIA E OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, QUANDO PRESENTES OS REQUISITOS DO ARTIGO 103 DO CPC, EVITANDO-SE, ASSIM, SENTENÇAS CONTRADITÓRIAS.

[AVISO TJ Nº 46, DE 15/09/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº XXXVII – É RECEBIDO NO EFEITO DEVOLUTIVO RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE REJEITA LIMINARMENTE EMBARGOS À EXECUÇÃO, PROSSEGUINDO ESTA COM CARÁTER PROVISÓRIO.

(VER: [RECURSO](#))

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@tjrj.jus.br